



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	6
3. Requisitos do fornecedor	8
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	15
5. Modelo de gestão	15
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	16
7. Obrigações da Contratada	16
8. Regime de execução	17
9. Condições de recebimento do serviço	20
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	21
11. Forma de pagamento	21
12. Instrumento de medição de resultados	22
13. Condições de reajuste	24
14. Garantia contratual	24
15. Plano de contratações	24
16. Responsável pela elaboração do TR	25
ANEXO I	26
ANEXO II	28
ANEXO III	29
ANEXO IV	30





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

Serviços de manutenção preventiva e corretiva para máquina gráfica Roland 700
00200.006076/2025

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

O objeto do presente Termo de Referência é a Prestação de serviços de manutenção preventiva anual e corretiva sob demanda para a impressora offset MANROLAND 700, modelo R 708 3B P 4/4, nº de série 31702 B, ano 2005, instalada no parque gráfico da SEGRAF, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. O escopo abrange:

- 1 (um) serviço anual de manutenção preventiva e corretiva, com duração mínima de 224 horas, executado conforme lista de procedimentos técnicos do fabricante;
- até 4 (quatro) intervenções corretivas adicionais, acionadas sob demanda, cada qual com no mínimo 16 horas;
- fornecimento de peças e componentes originais, quando necessários, limitado a 10 % do valor de aquisição do equipamento, integrando solução única e indissociável de serviços + peças.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

A Roland 700 é o único equipamento de grande formato do Senado capaz de imprimir tiragens institucionais em quatro cores simultâneas. Após quase vinte anos de operação, a máquina exige intervenções especializadas recorrentes.

As equipes internas da SEMAIN atuam apenas em manutenções de baixa complexidade; falhas de maior porte retardam a produção e geram risco de rompimento de prazos institucionais. A conjugação preventiva + corretiva num único contrato comprovou-se economicamente vantajosa em ajustes anteriores (Contrato 156/2020) e reduz sobrepreço de visitas isoladas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Conforme estudos realizados junto ao mercado, verificou-se que o modelo de contratação mais adequado às necessidades do Senado Federal é a que conjuga as manutenções preventiva e corretiva no mesmo contexto, com fornecimento de peças, permitindo celeridade no atendimento e economia.

Assim, busca-se assegurar o contínuo funcionamento da impressora em vista da possibilidade quando houver necessidade eventual de intervenções de correção. Além disso, mitiga as chances de que haja sobrepreço das visitas preventivas e corretivas, como ocorre quando estas são tratadas como itens separados. Ademais, quando se trabalha com uma manutenção preventiva especializada, reduzimos sobremaneira as necessidades de manutenções corretivas por demanda.

Por fim, fica a limitação do valor a ser despendido com reposição/conserto de peças em até 10% do valor de aquisição do equipamento (conforme dados cadastrais do SPALM, tombamento o valor de aquisição do equipamento foi de R\$ 5.066.953,50, em 01/08/2021), durante o período do contrato.



**ITENS BENS PERMANENTES -
DADOS CADASTRAIS DA CARGA
PATRIMONIAL**

Emitido em 25/11/2024 às 14:57
Página 1 / 1

TOMBAMENTO : 00108328
SITUAÇÃO : Ativo

Nº TOMB. SPALM: 00108328
BEM RELACIONÁVEL: NÃO
DESCRIÇÃO: MAQUINA IMPRESSORA OFFSET
UNIDADE ADM.: SERVIÇO DE IMPRESSÃO
LOCALIZAÇÃO: BLOCO 08 - Pavimento Térreo
DATA TOMB. SPALM: 02/06/2016
STATUS: Localizado
TIPO AQUISIÇÃO: COMPRA
VALOR AQUISIÇÃO (R\$): 5.066.953,50
Nº DE SÉRIE: 31702B
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: NÃO DEFINIDO
Nº DO PROCESSO: SENADO001180045000
Nº DO CONTRATO:
NATUREZA DESPESA: 4.4.90.52.32 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS

SITUAÇÃO: Ativo

Nº TOMB. SAMP: 0010111252
Nº DO PRODUTO: 04.36.10.1061-7
DATA AQUISIÇÃO: 01/08/2011
VALOR ATUAL (R\$): 1.038.725,47
MARCA:
MODELO: R708 3B 8/0 4/4
Nº EMPENHO: ***

TOTAL DE BENS: 1

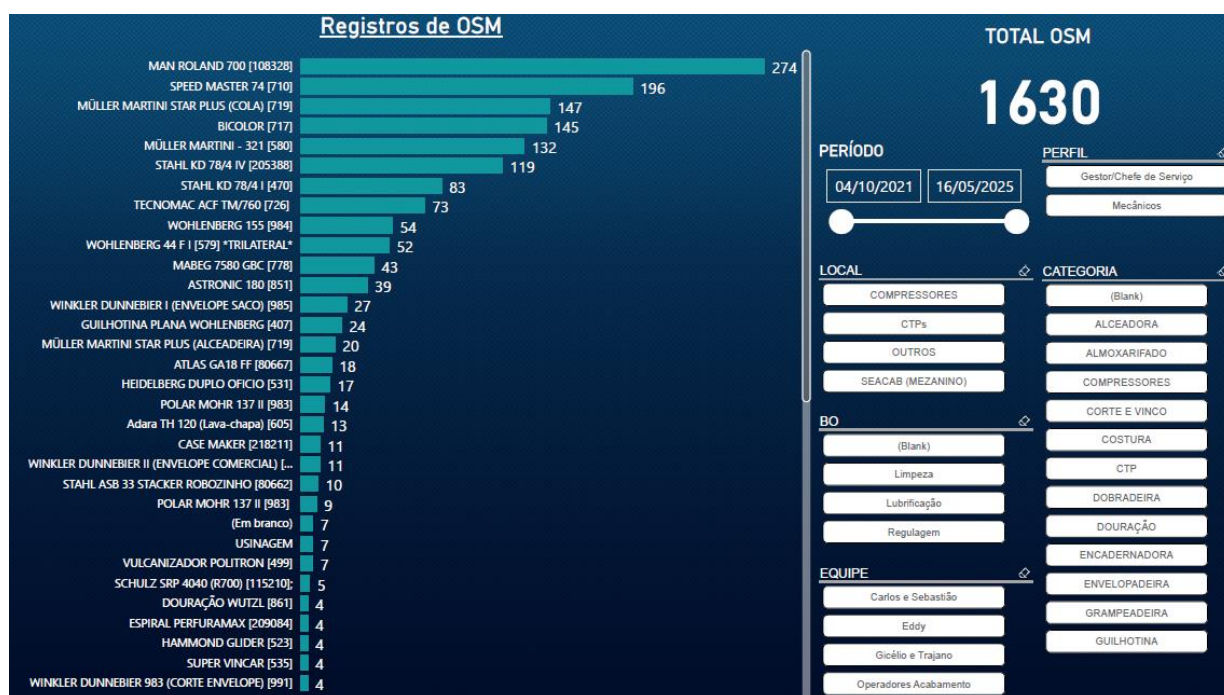




SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

O quantitativo previsto no termo de referência para a contratação do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da administração, considerando o histórico de atendimentos realizados no equipamento Roland 700, bem como a experiência muito satisfatória que a SEGRAF está encontrando no contrato vigente - 156/2020.



Consideramos estar dentro do critério de razoabilidade e vantajosidade para a administração uma inspeção com manutenção preventiva anual e até 4 intervenções corretivas sob demanda, com eventual inclusão de peças. A manutenção empreendida dessa maneira praticamente diminui significativamente a possibilidade de paralisação dos serviços de maneira prejudicial às demandas da Gráfica do Senado Federal. Com a inspeção especializada, mitiga-se a possibilidade de paradas e aumenta-se a vida útil do equipamento. As manutenções corretivas, por sua vez, serão utilizadas para reestabelecer a capacidade produtiva e, em casos excepcionais, adquirir as peças necessárias – desde que devidamente comprovada sua





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

necessidade de reparo ou troca por meio de laudos técnicos emitidos pela contratada e também da comprovação de prática de preços de mercado das respectivas peças –, permitindo a correção do problema de maneira célere e satisfatória para o Senado Federal.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

-Prover manutenção preventiva e corretiva anual, bem como corretiva por demanda para a Impressora Offset Roland 700, Modelo R708 3B P 4/4, Serial 748 nº 31702B, ano 2005, adquirida em 2005 pelo Senado Federal, com a eventual reposição de peças danificadas. A manutenção é necessária para manter o perfeito funcionamento da impressora, uma vez que o referido equipamento possui complexo sistema eletrônico que gerencia toda a operação de impressão, necessitando, portanto, além de equipamentos de aferição e regulação específicos, mão de obra altamente especializada.

- Redução de paradas imprevistas e mitigação de risco operacional;

- Longevidade do equipamento e manutenção da qualidade gráfica padrão Senado;

- Diminuição de perdas de papel, tinta e tempo de máquina, elevando a produtividade.

- Otimização do tempo de operadores, impressores e mecânicos;

- Ampliação da cobertura da SEMAIN no atendimento à SEGRAF, com ganhos de eficiência e imagem institucional.

1.2.4. Número do **contrato** vigente ou vencido:

Nº Contrato / ARP	Objeto	Término da vigência
156/2020	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, na impressora gráfica offset Man Roland 700, instalada na Secretaria de Editoração e Publicações do SENADO FEDERAL - SEGRAF/SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	06/01/2026





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A SEGRAF sugere que contratação seja realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. A SEGRAF sugere que seja adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, assim como o art. 1º, caput e §1º e art. 3º, do Decreto nº 10.024/2019

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. A SEGRAF sugere que não seja utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação por se tratar de uma demanda previsível, embora exista a possibilidade da realização de Manutenção Corretiva conforme demanda, assim como foi utilizado e validado no processo análogo 00200.004237/2020, que gerou o contrato 156/2020, e no processo 00200.015173/2022, que gerou o contrato 88/2024.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1.1. Em atendimento à exigência contida nos incisos IV, art 7º, ADG 14/2022, informamos que o menor preço é o modelo padrão apresentado na minuta de TR disposta na intranet. Sua justificativa dá-se pela própria exigência legal, podendo até mesmo ser dispensada nesses casos, tendo em vista as opções dadas pela lei quando o critério de julgamento escolhido é o pregão, a saber:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

“Lei 14.133/2021.

...

Art 6º...

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;”

Uma vez que é impossível aplicar maior desconto na licitação, só resta à administração a aplicação no menor preço.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

Será adotado o critério de adjudicação “global”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço global.

Há existência de fatores técnicos e operacionais que justificam o agrupamento dos itens em grupos, visto a necessidade de que os serviços de inspeção/manutenção preventiva e os de manutenção corretiva apresentem entre si continuidade de procedimentos, uniformidade de análises e ações e comunicação entre técnicos. A adjudicação por menor preço global colaborará, ainda, para a qualidade do serviço de manutenção como um todo, permitindo atribuir e exigir com clareza e objetividade a responsabilidade por cada intervenção realizada, seja ela para a inspeção anual ou para as chamadas corretivas.

2.5.1. Pela similaridade dos modelos de contratação, destacamos que a mesma proposta foi utilizada e validade no processo análogo 00200.004237/2020, que gerou o contrato 156/2020, e no processo 00200.015173/2022, que gerou o contrato 88/2024, cuja execução vem sendo muito satisfatória.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de que a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não se aplica

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.8.2. A não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 se deve ao fato de que a ampla maioria das empresas que prestam esse serviço necessitam de compra de peças, treinamento e alto capital de giro, não condizentes com as ME ou EPP. Tampouco a fabricante (Roland) se enquadraria nessa tipologia de empresa. Assim, aplicar o tratamento diferenciado poderia, com altíssima probabilidade, levar ao fracasso do processo licitatório ou, ainda, geraria um custo incompatível com o modelo de serviço necessário pela secretaria.

2.9. Direito de preferência

2.9.1. Não se aplica.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

A licitante deverá apresentar termo de vistoria ou declaração de dispensa (anexo 3) de vistoria, na forma das alíneas abaixo:

3.1.1 Com o objetivo de permitir a formulação mais precisa das propostas pelas licitantes, faculta-se às interessadas a realização de vistoria às instalações e dependências da





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

SEGRAF, em especial o local de instalação e as condições de operação da impressora Roland 700, objeto do serviço a ser contrato.

- 3.1.2 Justifica-se a necessidade de permitir vistoria por parte do licitante para que a mesma possa conhecer as atuais condições do equipamento e de seus componentes, seu local atual de instalação, bem como todas as demais variáveis da impressora. A formulação de lances para realização de manutenção e inspeção sem o conhecimento prévio do equipamento deve ocorrer por conta e risco da licitante, que deverá assinar o termo de dispensa de vistoria.

3.1.1.2 Caso haja vistoria, ela deverá ser agendada mediante prévio agendamento junto à SEMAIN para realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.1.3 A vistoria deverá ser agendada de segunda à sexta-feira, nos horários entre 9:00hs e 18:00hs pelo telefone (61) 3303 4126 ou pelo e-mail semain@senado.leg.br.

3.1.1.4 Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.1.5 A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.1.1.5.1 A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.1.5.2 Caso o vistoriador não atenda aos requisitos acima, não será executada a vistoria.

3.1.1.6 Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela SEMAIN.

3.1.1.7 Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do edital.

3.1.1.8 O Termo de Vistoria ou a Declaração de dispensa de vistoria deverá ser apresentado junto com a documentação de habilitação, conforme modelos constantes do Anexo 6. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.1.1.9 Caso a vistoria não seja realizada, a empresa ficará sujeita a não constatar falhas técnicas que podem influenciar no orçamento, como: danos nas peças, refrigeração insuficiente, ambiente de instalação inadequado, voltagem inapropriada, e vários componentes que precisam ser avaliados na máquina antes da precificação do serviço.

3.2. Capacidade Técnica





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

3.2.1. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência contempla a execução de serviços que pressupõem expertise e altíssima qualificação na manutenção de equipamentos gráficos de grande complexidade, inclusive em situações limítrofes de capacidade funcional do equipamento, bem como com vasta experiência na marca da impressora.

3.2.1.1. O mercado de manutenção de impressoras OFSSET tem se estreitado ao longo dos anos com a chegada da era digital, fazendo com que este nicho tenha particularidades extremamente específicas do ramo. A complexidade técnica das máquinas OFFSET é proporcional ao seu número de baterias: quanto maior o número, maior a dificuldade da execução do serviço. Em adição a isto, são máquinas diferenciadas que exigem perícia e especialização adequada. É imprescindível a excelência na execução do objeto, uma vez que se tratam de máquinas complexas, precisas e caras. E caso estejam sujeitas a imperícias em sua operação ou manutenção, correm risco de dano significativo e talvez permanente.

3.2.2. Portanto, deverá a licitante apresentar:

3.2.2.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, por período não inferior a 6 (seis) meses consecutivos, serviço de manutenção compatível com a característica, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

3.2.2.1.1. Entende-se por compatível a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em ao menos uma impressora da marca Roland, automática, com no mínimo 4 baterias.

3.2.2.1.2. Para a comprovação do lapso temporal referido no item 3.2.2.1, será admitido o somatório de atestados.

3.2.2.1.3. Mediante solicitação do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

3.2.2.1.4. Comprovação de que possui ferramentas de diagnóstico compatível com o equipamento Modelo R708 3B P 4/4, ano 2005, atualmente presente no parque gráfico do Senado, incluindo os seguintes componentes, a saber:

Essas exigências técnicas são necessárias e indispensáveis para a execução adequada da manutenção na impressora Roland constante no parque gráfico do Senado Federal por se tratar de equipamento industrial de grandes dimensões que contém, além dos componentes mecânicos, inúmeras placas e dispositivos eletrônicos em que o sistema de checagem preliminar somente é





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

passível de realização com os softwares citados anteriormente, indicando exatamente qual(is) dos componentes da máquina está(ão) com funcionamento prejudicado, garantindo a efetividade do procedimento de manutenção a ser realizada pelos técnicos.

Nos termos do art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021, e do §5º do art. 8º do Anexo III do ADG nº 14/2022, justifica-se a exigência dos requisitos mínimos de capacidade técnica a serem comprovados por meio de atestados de execução anterior, com base nos seguintes critérios:

- a) Dimensão qualitativa – manutenção preventiva e corretiva, impressora da marca Roland, automática:

A exigência de comprovação de experiência com manutenção preventiva e corretiva em equipamento da marca Roland, automática, decorre da elevada complexidade técnica envolvida na operação e manutenção da impressora offset MANROLAND 700 (modelo R708 3B P 4/4, ano 2005), instalada no parque gráfico do Senado Federal. Trata-se de equipamento industrial de grande porte, dotado de sistemas eletromecânicos e eletrônicos integrados e sensíveis, cuja manutenção exige conhecimento específico, ferramental dedicado e perícia consolidada na tecnologia do fabricante. Assim, é imprescindível que a empresa já tenha executado, com êxito, serviços semelhantes em impressora da mesma marca e porte, assegurando a aptidão técnica necessária à execução contratual e a mitigação de riscos operacionais à Administração.

- b) Dimensão quantitativa – mínimo de 4 baterias:

A exigência de manutenção em equipamento com, no mínimo, 4 baterias, decorre da correlação direta entre o número de baterias e o grau de complexidade da impressora offset. A Roland 700 mencionada no TR opera com 8 baterias e configuração 4/4, o que a posiciona entre os equipamentos de maior porte e sofisticação no mercado gráfico. Assim, o requisito mínimo de 4 baterias busca garantir que a licitante possua experiência comprovada com impressoras de médio a grande porte, com desafios técnicos compatíveis com aqueles enfrentados no escopo deste contrato.

- c) Dimensão temporal – mínimo de 6 (seis) meses:

A exigência de experiência mínima de seis meses consecutivos visa comprovar a regularidade e a continuidade na execução dos serviços, afastando experiências pontuais ou episódicas que não necessariamente evidenciem a capacidade técnica sustentada da licitante. Tal exigência também permite avaliar a consistência dos procedimentos adotados e a confiabilidade da atuação da





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

empresa no atendimento de contratos similares, especialmente no tocante à gestão preventiva de falhas.

Todos os requisitos mencionados foram fundamentados com base em riscos técnicos, operacionais e patrimoniais associados à manutenção de um equipamento avaliado em mais de 5 milhões de reais, que ocupa posição central no parque gráfico institucional do Senado Federal. A ausência desses critérios poderia comprometer a prestação do serviço, sujeitar o órgão à paralisações operacionais e gerar prejuízos à integridade do patrimônio público.

Destaca-se, ainda, que as exigências encontram-se em estrita conformidade com os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e vinculação ao objeto, não se caracterizando como barreira à competitividade, mas sim como garantidores da eficiência, segurança e efetividade da contratação pública.

3.2.2.2. Declarações e comprovações complementares:

a) Certidão de Registro da Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, ou, ainda, pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, em nome da licitante.

b) Declaração indicando o nome, CPF, número de registro no CREA ou CRT/CFT, do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto deste Edital e que tenham vínculo com a empresa licitante. A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado, contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, declaração de contratação futura do responsável técnico, seja via pessoa física ou pessoa jurídica, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

e) Certidão de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), junto ao CREA ou CRT da região a que estiver(em) vinculado(s) ou, ainda, pelo CFT.

3.2.2.3. Essas exigências técnicas são necessárias e indispensáveis para a execução adequada da manutenção na impressora constante no parque gráfico do Senado Federal por se tratar de equipamento industrial de grandes dimensões que contém, além dos componentes mecânicos, inúmeras placas e dispositivos eletrônicos em que o sistema de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

checagem preliminar somente é passível de realização com os softwares dedicados, indicando exatamente qual(is) dos componentes da máquina está(ão) com funcionamento prejudicado, garantindo a efetividade do procedimento de manutenção a ser realizada pelos técnicos. Ademais, em especial à parte 3.2.2.2, as exigências estão de acordo com o apresentado na impugnação pelo CRT e acatadas pelo Senado Federal.

3.2.3. Não exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.3. Qualificação econômico-financeira

3.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física;

3.3.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.2.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

A justificativa da inclusão do texto dá-se pela própria exigência legal. A SEGRAF, assim, está seguindo estritamente o dispositivo da NLL, em consonância com os modelos de texto estipulados na minuta padrão, tendo inclusive sugerido a supressão da qualificação indicada na versão do TR, NUP 00100.077917/2023-79.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

O dispositivo legal, por sua vez, prevê em seu art. 69 a exigência da qualificação econômico-financeira prevista no TR e que a contratação em tela não atende aos requisitos de dispensa previstos no inciso III do art. 70 da Lei 14133/2021, a saber:

*“Art. 70. A documentação referida neste Capítulo **poderá ser:***

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).”

3.4. Necessidade de apresentação de amostras

N/A.

3.5. Documento adicional de habilitação:

Além dos documentos padrões de habilitação, deverá a empresa apresentar, no momento da habilitação, a declaração de que possuirá, por ocasião da assinatura do contrato, ferramentas de diagnóstico compatíveis com o equipamento da marca Roland, modelo R708 3B P 4/4, ano 2005, com, no mínimo, os seguintes componentes:

- a) Rodimo Software (software de diagnóstico),
- b) Parafin Software (software de instalação, manutenção e parametrização de inversores e conversores),
- c) medidor de tensionamento de correias,
- d) dispositivos de regulação de transfers e reversão.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista que o valor estimado da contratação é superior ao limite previsto para se dispensar licitação e a contratação exige obrigações continuadas pela contratante.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2. A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada se deve ao fato de que a manutenção da impressora Roland 700 é um serviço essencial para as atividades finalísticas do Senado, uma vez que o funcionamento adequado dessa impressora é fundamental para a produção e impressão de documentos importantes para o bom andamento dos processos legislativos e administrativos da instituição. A interrupção desses serviços pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do Senado, afetando diretamente a integridade do patrimônio público, além de causar prejuízos financeiros e atrasos nos prazos de entrega de documentos.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

A fiscalização ocorrerá pelo SEMAIN

Gestor titular: Marcio de Holanda Meireles Viana

Gestor substituto: Adriano Lúcio da Silveira Junior

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por meio de email (semain@senado.leg.br) para fins de execução contratual (após a homologação do certame e assinatura





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

do contrato), facultado qualquer outro modelo a ser definido pela gestão ou pela fiscalização (telefone, whatsapp, etc).

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1.1. A inspeção (item 1) deverá ser iniciada em até 30 dias corridos a partir da assinatura do contrato, abrangendo a verificação completa do equipamento, nos termos do detalhamento do ANEXO 4.

6.1.1.1. Fica facultado a dilatação do prazo para início do atendimento caso a SEGRAF assim oriente, em virtude do planejamento e da fila de impressões existentes.

6.1.1.2. Em caso de renovação contratual, a inspeção será realizada em até 90 dias **corridos** após o aniversário do contrato, conforme conveniência e oportunidade da SEGRAF

6.1.1.3. Dentro dos prazos máximos estipulados para início, a(s) data(s) de início da inspeção será definida em comum acordo com a SEGRAF, respeitada a fila de impressão, cabendo à contratada enviar cronograma de inspeção em até **5 (cinco) dias úteis** antes da data acordada para início dos serviços.

6.1.2. O prazo máximo para a finalização da inspeção (item 1) é de 30 dias corridos, contados a partir do início da execução do serviço.

6.1.3. O serviço de manutenção corretiva (item 2) deverá ser iniciado em até 3 dias úteis após a solicitação da gestão ou fiscalização.

6.1.4. O prazo para diagnóstico *in loco* de problemas apresentados pelo equipamento será de até 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação formulada pelo gestor.

6.1.5. O prazo para correção *in loco* de problemas apresentados pelos equipamentos será de até 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro atendimento de diagnóstico.

6.1.6. Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, entre segunda e sexta-feira, nos horários entre 8:00hs e 18:00hs. Execução em outros horários é permitido, desde que haja concordância da gestão/fiscalização do contrato e que seja conveniente ao Senado Federal.

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

- 7.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 7.1.3. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;
- 7.1.4. manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- 7.1.5. indicar preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.
- 7.1.6. responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;
- 7.1.7. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;
- 7.1.8. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;
- 7.2.** Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 7.3.** As obrigações das contratantes serão definidas no edital, de acordo com as normas do Senado Federal.

8. Regime de execução

8.1. Para o serviço de inspeção – item 1

- 8.1.1. O serviço deverá ser prestado no Serviço de Impressão Offset da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAf, anexo II do Senado Federal, Bloco 8, segundo subsolo, localizado à via n2, Brasília-DF, CEP 70.165-900.
- 8.1.2. Considera-se manutenção preventiva a série de procedimentos visando impedir a ocorrência de quebras e defeitos no equipamento, que garanta o contínuo funcionamento do mesmo, incluindo as intervenções de correção cuja necessidade seja identificada pelo técnico no decorrer da avaliação.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

8.1.3. Considera-se manutenção corretiva a série de procedimentos visando ao reparo do equipamento com funcionamento parcial ou fora de funcionamento em decorrência de falha inevitável de seus componentes, seja por conserto, seja por substituição de peças, incluindo todas as intervenções necessárias para que o equipamento retorne às normais condições de uso.

8.1.3.1. A inspeção anual deverá ocorrer de acordo com o ANEXO 4 do presente termo de referência

8.1.3.2. Além do programa mínimo do checklist detalhado no anexo 4, a inspeção deve contemplar, também, manutenções corretivas que se façam necessárias e/ou aparecerem durante a fase de inspeção, sem custo adicional ao Senado Federal.

8.1.4. O prazo de garantia do serviço de inspeção será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto. Qualquer defeito apresentado pelo equipamento neste período que devesse ter sido prevenido ou sanado durante a manutenção programada deverá ser corrigido pela contratada, sem ônus adicional para o Senado Federal, salvo custo com eventual reposição de peças.

8.1.5. A impressora objeto desse termo de referência poderá necessitar de equipamento específico, como calibres de ponto zero, medidor de tensão de correias, base K01, calibre de ajuste de pinça, eixo, softwares específicos, etc. Compete a empresa contratada o fornecimento de todos os insumos e ferramentas necessárias para executar os serviços presenciais para fiel cumprimento do contrato.

8.1.6. Em até 15 dias corridos após a prestação do serviço, a contratada deverá apresentar relatório técnico detalhado contendo, no mínimo, as seguintes informações: relatório e checklist completo em conformidade com o anexo 4, horário de início do procedimento, horário de término do procedimento, sistemas verificados, problemas encontrados, correções efetuadas, peças trocadas, custo de peças trocadas

8.2. Para os serviços de manutenção corretiva, sob demanda (item 2)

8.2.1. Os serviços deverão ser prestados no da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF, anexo II do Senado Federal, Bloco 8, segundo subsolo, localizado à via n2, Brasília-DF, CEP 70.165-900.

8.2.2. Considera-se manutenção corretiva a série de procedimentos visando ao reparo do equipamento com funcionamento parcial ou fora de funcionamento em decorrência de falha inevitável de seus componentes, seja por conserto, seja por substituição de peças, incluindo todas as intervenções necessárias para que o equipamento retorne às normais condições de uso.

8.2.2.1. Considera-se inevitável a falha cuja detecção não seja possível por meio da inspeção





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

8.2.3. As manutenções corretivas, referentes ao item 2, serão solicitadas pelo gestor sempre que necessário, via email, indicando-se detalhadamente, descrição do problema detectado e todas as informações que se fizerem pertinentes. Seu prazo de atendimento esta detalhado na seção 6 do presente TR.

8.2.4. A impressora objeto desse termo de referência poderá necessitar de equipamento específico, como calibres de ponto zero, softwares, medidor de tensão de correias, base K01, calibre de ajuste de pinça, eixo, softwares específicos, etc. Compete a empresa contratada o fornecimento de todos os insumos e ferramentas necessárias para executar os serviços presenciais de manutenção são de responsabilidade da contratada.

8.2.5. Caso seja necessário retirar partes do equipamento das dependências do Senado Federal para execução de serviços de manutenção corretiva, a serem realizados pela contratada ou por terceiros, a contratada deverá informar ao gestor, que providenciará autorização para a remoção.

8.2.6. As despesas decorrentes da retirada e devolução de partes do equipamento para manutenção são de responsabilidade da contratada.

8.2.7. Em até 10 dias corridos após a prestação do serviço, a contratada deverá apresentar relatório técnico detalhado contendo, no mínimo, as seguintes informações: horário de início do procedimento, horário de término do procedimento, sistemas verificados, problemas encontrados, correções efetuadas, peças trocadas, custo de peças trocadas.

8.3. Da aquisição de peças

8.3.1. Durante a execução dos serviços 1 e 2, em caso de constatação da necessidade de substituição ou conserto de peças, a contratada apresentará para análise do gestor, em até 2 dias úteis, orçamento em moeda nacional com indicação do prazo de entrega das peças novas ou recondicionadas.

8.3.2. O referido orçamento deverá vir acompanhado de documento fiscal que comprove que a contratada pratica os mesmos preços para outros entes públicos ou privados.

8.3.2.1. A ausência do documento fiscal deverá vir devidamente justificado, ocasião em que o gestor do contrato deverá pesquisar no mercado e obter pelo menos três preços que subsidiem sua decisão pelo aceite ou recusa do orçamento apresentado pela contratada.

8.3.2.2. Por ser equipamento de grande porte e vendas escassas em território nacional em termos quantitativos, pode haver o caso de peças muito específicas nunca terem sido vendidas anteriormente. Para essa situação *sui generis*, a contratada deverá fornecer ao gestor do contrato documento emitido pelo fabricante que ateste essa situação, para que a compra seja realizada sem a exigência de documentos fiscais anteriores. Frise-se que nesta situação a contratada assume total responsabilidade cível e penal acerca da veracidade das informações ali contidas





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

8.3.3. Para aprovação do orçamento, o gestor observará o limite máximo de 10% (dez por cento) – R\$ 506.695,35 (quinhentos e seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos) - do valor de aquisição do equipamento conforme dados cadastrais do SPALM, durante o período do contrato, levando-se em conta a somatória de intervenções já realizadas durante a vigência do contrato. A aprovação do orçamento deve ser dar em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do mesmo.

8.3.3.1. No caso de prorrogações contratuais, o limite supramencionado é reestabelecido ao valor de 10% (dez por cento) - - R\$ 506.695,35 (quinhentos e seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos) - do valor de aquisição do equipamento conforme dados cadastrais do SPALM.

8.3.4. Em caso de necessidade de substituição ou conserto de peças, o prazo para correção descrito na seção 6 ficará suspenso até o término do prazo de entrega da(s) peça(s) de reposição indicada(s) no orçamento.

8.3.5. O prazo de garantia do serviço de manutenção corretiva e de eventuais peças serão de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto. Qualquer defeito apresentado pelo equipamento neste período que devesse ter sido prevenido ou sanado durante a **execução da inspeção com manutenção preventiva e corretiva (item 1)** deverá ser corrigido pela contratada, sem ônus adicional para o Senado Federal, salvo custo com eventual reposição de peças.

8.3.6. As peças danificadas que venham a ser substituídas pela contratada deverão ser entregues ao gestor para que seja dada destinação adequada.

8.3.6.1. A contratada deverá dar destinação correta às peças que, por força de legislação específica, devam ser encaminhadas para descarte especial.

9. Condições de recebimento do serviço

9.1. Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:

9.1.1. **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e

9.1.2. **definitivamente**, por servidor ou comissão designada para este fim, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, a execução do serviço prestado e o pleno

